

# ANÁLISE ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA

A equipa da Pobreza da Economia de Francisco Portugal (EoF Portugal) nasceu no seio da Economia de Francisco (EoF), movimento criado pelo Papa Francisco, presente em Portugal desde Outubro de 2020 e que tem como missão promover uma economia mais humana, justa, inclusiva e sustentável. A equipa existe porque a pobreza nos inquieta e incomoda - retrata uma economia que exclui e não inclui todos. Por esta razão, somos movidos pela vontade de criar uma sociedade mais justa, que inclua todos e, no limite, acabar com a pobreza. Temos, igualmente, como objetivo ser um instrumento para juntar pessoas, envolver o máximo de pessoas possível no caminho de combate à pobreza e criar pontes. A equipa é composta por cidadãos de várias idades, mas maioritariamente por jovens entre os 20 e os 30 anos. São estes cidadãos que apresentam esta resposta à presente consulta pública.

Enquanto membros da equipa da Pobreza da EoF Portugal, congratulamo-nos com a apresentação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Contudo, ficamos surpreendidos com o facto de a estratégia ser uma enorme lista de objetivos, com a pouca concretização de alguns pontos, a inexistência de indicadores e metas e a falta de orçamento para estas medidas. Apesar desta desilusão, somos do parecer que este documento é um bom ponto de partida para a aplicação de medidas concretas e que se trata de um primeiro passo determinante rumo a tornar a erradicação da pobreza num desígnio nacional.

Da análise da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, proposta pela Presidência do Conselho de Ministros, a equipa da Pobreza da Economia de Francisco Portugal, no âmbito da Consulta Pública a que a estratégia foi submetida, vem apresentar uma análise crítica ao documento, consubstanciado em dois grandes blocos:

- Novas propostas a acrescentar ao documento da estratégia;
- Propostas de melhoria das medidas elencadas na ENCP.

## NOVAS PROPOSTAS

- Criar um sétimo eixo de promoção de políticas públicas de combate à pobreza focadas nas questões da igualdade de género
- Promover o empreendedorismo (não apenas do social) como forma de combate à pobreza
- Maior investimento nos cursos técnico-profissionais e incentivo aos jovens a seguir esta via
  - Apesar do foco no verde e digital da estratégia, o offline não pode ser esquecido. Há falta de mão de obra em Portugal na construção civil, na indústria (soldadura, vidraria... empregos que exigem um conhecimento técnico muito específico) e nos serviços domésticos (canalizadores, eletricitas, carpinteiros, pintores, etc.)
- Criar incentivos para a formalização de trabalho escondido e precário como por exemplo é o dos trabalhadores domésticos, de forma a promover que façam

descontos e tenham um mínimo de proteção como a generalidade dos trabalhadores.

- Para ajudar à concretização do objetivo 6, propomos que se promovam ações de combate a preconceitos e estereótipos relacionados com a pobreza e exclusão social nas escolas, em particular o auto-preconceito ou autolimitação de ambições pessoais por se estar (ou em em risco de estar) nessa situação
- Criar um programa de promoção da Literacia Financeira, não só nas escolas, mas também noutros locais (físicos ou digitais) de modo a atingir também população adulta (com parceiros do setor financeiro ou académico) para que saiba gerir melhor o seu rendimento disponível
- O Estado deveria ser um agregador e coordenador de esforços para responder aos desafios do setor social (dando incentivos a que as organizações do terceiro setor trabalhem em conjunto na resolução de problemas concretos). Também deveria ser o observador e identificador, por excelência, de sinergias que podem ser alcançadas no setor social. Neste sentido é fundamental ter indicadores de acompanhamento dos acordos que a Segurança Social tem estabelecidos com os agentes do Sector Social para se identificarem as entidades de referência e potenciar a partilha e a adoção generalizada de boas práticas pelos agentes do setor.
- O Estado deveria progredir no conhecimento dos efeitos das suas políticas, não basta ter intenções ou saber orçamentos do Ministério, é preciso estabelecer parcerias com a Academia para analisar os resultados práticos das medidas e assim identificar que medidas privilegiar e que medidas abandonar (ponto 6.2.2).
- O Estado deveria ter o papel de incentivar a participação dos privados na resolução dos problemas da economia social, aproveitando a experiência do Portugal Inovação Social e dos seus instrumentos (Capacitação, Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social) para implicar os privados no bem comum.
- Política de Educação com impacto no combate à pobreza
  - Não vimos referido nada que combata o absentismo dos professores nas escolas em zonas mais vulneráveis
  - As turmas deverão ser o mais heterogéneas e inclusivas possível
  - Uma experiência de ação/impacto social deveria ser obrigatória na disciplina de Cidadania no ensino secundário e deveria ser reforçado o incentivo às universidades para incluírem as atividades extra-curriculares dos alunos nos seus diplomas. Isto aumenta a consciência social do fenómeno da pobreza e exclusão e pode ajudar a captar recursos humanos para o setor social
- Promover políticas e medidas de apoio à promoção da igualdade salarial e de género
- A inclusão do reforço das refeições escolares, nomeadamente, jantar e ao fim-de-semana, férias e feriados ou vouchers de alimentação para esses dias para por exemplo serem utilizados em supermercados
- OE2.1. – Dinamizar localmente os Conselhos Municipais de Juventude e todos os conselhos /organismos locais que visem apoiar e identificar as situações locais de pobreza, nomeadamente, via reforço de competências.
- OE2.1. Similar ao Orçamento Participativo Jovem, propor um mecanismo semelhante como Orçamento Participativo Combate a Pobreza e Desigualdades Sociais, tornando os destinatários da política como intervenientes e como pessoas que integram as soluções

- A solução de Contratos Emprego Inserção precisa de ser reformulada pois na prática equivale a uma bolsa não conferindo proteção na doença ou outros direitos similares. Além desta reformulação o seu prazo precisa de ser mais dilatado pois contratos de poucos meses não potenciam o consolidar da inclusão social.
- Criar uma base de dados, um portal e/ou uma one stop shop nas lojas de cidadão onde se reunisse com clareza todos os programas, benefícios, subsídios e apoios a que as pessoas têm direito (podia ser feito em parceria com a CNISS e/ou a EAPN Portugal)

## PROPOSTAS DE MELHORIA

- Seria pertinente definir quem são os principais promotores das medidas e nesta definição de promotores procurar incluir entidades para além do Estado (por exemplo, empresas).
- No OE 1.1. Acrescentar/ explicitar “de qualidade”, ou seja, evidenciar a responsabilidade de “Garantir o acesso a bens e serviços básicos **de qualidade**”
- No OE 1.1. No garante ao acesso a bens e serviços básicos inclui-se as respostas de educação. Parece-nos relevante explicitar o objetivo do combate ao abandono escolar. Algumas medidas definidas contribuem para esse fim (1.1.1.2.1., 1.1.1.2.2., 1.1.1.3.), mas sendo este documento de carácter estratégico consideramos que a lógica de prevenção do abandono escolar deve estar referenciada.
- Saúde mental nas crianças: sugerimos uma fusão dos pontos 1.1.2.6 e 1.1.2.4.
- No OE 1.2. Acrescentar/ explicitar “**para viver com dignidade humana**” na descrição do objetivo, ou seja, é relevante num documento estratégico exigirmos um nível para estas propostas (acreditamos que soluções que permitam às famílias estar numa situação melhor do antes, mas ainda assim a viver em condições sem dignidade humana não são suficientes). Assim ficaria “OE 1.2. Garantir um nível de recursos básicos às famílias **para viver com dignidade humana**”.
- No 3.1.8. acrescentar a questão dos vínculos de trabalho precários, nomeadamente no domínio da cultura e das artes
- No 3.2.6. acrescentar a questão de capacitar o 3º setor, não ser só reforçar o papel e o potencial da economia social, mas também dar as ferramentas necessárias às instituições do 3º setor para executarem de forma eficaz e eficiente o seu trabalho
- No 3.2.1.3. acrescentar a promoção um melhor acompanhamento dos beneficiários do RSI (por exemplo, pela redução de beneficiários acompanhados por cada técnico) de forma a garantir que é uma situação transitória
- No 4.2.1. relativamente à avaliação dos impactos, para além de promover esta avaliação, adequar as medidas e métricas da avaliação à natureza dos projetos, para garantir que estes respondem aos problemas para os quais foram criados e não estão apenas focados em responder aos objetivos definidos administrativamente. Por exemplo, os projetos são feitos para um determinado período, mas os resultados reais e mais importantes não se conseguem nesse tempo. Ou quando há um indicador que seja atender o máximo de pessoas possível por determinados funcionários: isto faz com quem não se atenda as pessoas com a atenção devida
- 4.3.2 - Nas principais cidades do país já existem soluções de alojamento de emergência ou de transição. O desafio é que essas soluções são hoje ocupadas por utentes de longa duração, pelo que se torna urgente desenvolver soluções de

alojamento de longa duração em parceria com os Municípios (que a estratégia refere no ponto 5.2.9) de forma a libertar as soluções de emergência que já existem, mas que estão ocupadas. Este desafio é particularmente importante no caso das pessoas em situação de sem abrigo, dado que o tempo de permanência após a sinalização está muito distante da ambição da ENIPSSA.

- Reforçar e promover associações que tenham equipas de acompanhamento da saúde mental das pessoas em situação de sem abrigo pois não há respostas a este nível, havendo uma percentagem significativa de pessoas com patologias passíveis de internamento abandonadas nas ruas das cidades.
- A Estratégia preconiza o investimento no RSI como uma solução, quando este é apenas um meio, cujos fins não estão claros na Estratégia. É fundamental esclarecer que a finalidade é a verdadeira inclusão social e não apenas a satisfação de algumas necessidades básicas ou seja é fundamental criar soluções de emprego protegido para a inclusão de longo prazo. A realidade tem mostrado que haverá mais inclusão e autonomia dos beneficiários se os montantes fossem gastos a compensar a baixa produtividade destas pessoas (quando comparadas com as que estão no mercado convencional de trabalho) em contratos de trabalho e ainda gerar poupanças para o Estado.

Esperamos que estes contributos levem a uma estratégia mais sólida e eficaz. Queremos agradecer a atenção disponibilizada à nossa resposta a esta Consulta Pública e afirmar o nosso compromisso e dedicação ao combate à pobreza. Como jovens, lutar por um país com menos pobreza é lutar pelo futuro, pelo nosso futuro, pelo futuro e prosperidade de Portugal!

Com os nossos melhores cumprimentos,

Equipa da Pobreza da Economia de Francisco Portugal